

CIDADE PARTIDA: SEGREGAÇÃO INDUZIDA E AUTO-SEGREGAÇÃO URBANA

Orlando Moreira Júnior

Mestrando Universidade Federal de São Carlos
orlandomoreirajunior@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta algumas considerações sobre aspectos da segregação sócio-espacial urbana, numa análise que parte do processo de produção social do espaço urbano, que resulta em uma cidade cada vez mais descontínua, social e espacialmente. Desse modo, procura-se discorrer a respeito da segregação urbana em duas dimensões distintas: a segregação induzida e a auto-segregação urbana. A primeira relacionada às camadas menos abastadas que ocupam as áreas mais precárias, enquanto que a segunda trata das novas formas de *habitats* urbanos (como os loteamentos fechados) produzidos para as classes de alto padrão econômico. Esses processos geram uma cidade cada vez mais fragmentada, uma cidade partida, onde os semelhantes passam a conviver entre si, rompendo-se com a possibilidade de (con) viver com as diferenças.

Palavras-chave: auto-segregação, segregação induzida, produção do espaço urbano.

DEPARTURE CITY: INDUCED SEGREGATION AND SELF URBAN SEGREGATION

ABSTRACT

This article presents some considerations about aspects of urban social and space segregation, an analysis that part of the process of social production of urban space, which results in a city each time more discontinuous, socially and spatially. Thus, we talk about the urban segregation in two different dimensions: the induced segregation and the self urban segregation. The first relates the layers less affluent sections that occupy the areas most precarious, while the second deals with new forms of urban habitats (as the lots closed) produced only for classes of high-standard economic. These processes generate an increasingly fragmented city, a departure city, where the similar start to live with between itself, breaking with the possibility to live with the differences.

Keywords: self-segregation, induced segregation, production of urban space

INTRODUÇÃO

O presente artigo procura analisar a produção do espaço urbano, enfocando o surgimento de novas espacialidades urbanas responsáveis por um espaço urbano segregador. Para tanto, procuramos discutir como a cidade é produzida segundo duas lógicas distintas: a social, do processo de apropriação do espaço por parcela da população sem condições financeiras; e a lógica econômica, que está a mercê dos interesses do capital imobiliário. Essa lógica de ordenamento territorial dá origem à uma formação sócio-espacial segregada, caracterizada, principalmente por novas formas de *habitats* urbanos, os loteamentos fechados e os condomínios residenciais.

Assim, verifica-se a consolidação da auto-segregação urbana convivendo dentro de um mesmo espaço (a cidade) com processos de segregação induzida, que “empurra” os pobres para as áreas

Recebido em 01/08/2009

Aprovado para publicação em 12/04/2010

piores servidas de serviços, equipamentos, infra-estrutura urbana e de qualidade de vida. Essas novas configurações se dão como fruto das práticas, ações e estratégias dos diversos agentes produtores do espaço urbano, geradoras de uma estruturação urbana descontínua e segregadora.

A segregação urbana deve ser vista e entendida como um processo estrutural, ou seja, os principais fatores que geram a auto-segregação e a segregação induzida encontram-se na própria sociedade: no modo como a sociedade encontra-se organizada e funciona, no estilo de vida e na cultura dominante.

Há nas cidades atuais um processo de fratura social, caracterizada pela privação coletiva (SPOSATTI, 1996), inclusive no que diz respeito ao acesso à terra e à moradia, fruto da extorsão das camadas mais populares do acesso aos serviços de consumo coletivo (KOWARICK, 1993). Daí pensarmos em uma cidade partida, que rompe com a idéia de cidade como *locus* de convivência e de partilha de múltiplos territórios, acarretando na fragilidade da unidade urbana. Isso se concretiza pela segregação urbana, forma acentuada de diferenciação sócio-espacial, que por sua vez reforçam as dinâmicas de acesso desigual à cidade (SPOSITO, 1999).

A Produção Desigual Do Espaço Urbano

A cidade enquanto realidade material concreta é também um conceito interpretativo que evoca um conjunto de funções sociais diversas (SPOSITO, 2004). Porém, antes de tudo, cidade é o lugar onde se dá os laços de coexistência e de partilha de territórios comuns. As cidades com a sua gama infinita de situações são a fábrica de relações numerosas, frequentes e densas, o lugar onde há mais mobilidade e encontros como aponta Santos (1997).

A cidade como forma concretizada do processo de urbanização é um produto e condição de (re) produção de uma sociedade. O espaço urbano é produzido de modo desigual, em um processo complexo e dinâmico, onde ocorre tanto a expansão do tecido urbano quanto a verticalização em determinadas partes das cidades.

Uma abordagem a partir da produção espacial nos leva a uma melhor compreensão da realidade urbana, pois considera o espaço como produto da ação humana. Se há uma produção do espaço, é uma produção feita pela sociedade, pois de fato, toda sociedade produz “seu” espaço ou, como prefere Lefèbvre (1976), toda sociedade produz “um” espaço.

Tratamos aqui da cidade sob o viés do sistema capitalista. Nesse ponto, é interessante nos recorrermos à Villaça (1998) quando coloca que do ponto de vista do espaço urbano a cidade capitalista é dividida em dois períodos: o das cidades do início do capitalismo – que abrange os séculos XVII, XVIII e início do século XIX – e o período das cidades as quais podem ser chamadas de “tipicamente capitalistas”, aquelas que se formam nos novos países capitalistas – Estados Unidos, Canadá, por exemplo – a partir do final do século XIX. Consoante o autor:

A produção do espaço urbano na cidade do primeiro período é marcada por forte intervenção direta do Estado, enquanto na cidade “tipicamente capitalistas” essa produção se faz principalmente por meio do mecanismo do mercado imobiliário.

(...) A cidade “tipicamente capitalista” surgiu sob a égide do mecanismo de mercado, imperando basicamente nas transações imobiliárias, nos loteamentos e mais tarde no espaço urbano produzido sob o impacto do automóvel.

(...) Tão logo o capitalismo se impôs, impôs-se também o mecanismo do mercado e a redução da ação do Estado produtor direto do espaço urbano. O Estado passou a ser produtor “indireto” com a legislação urbanística, que, supostamente, regularia a iniciativa privada (VILLAÇA, 1998, p. 247, 248, 249).

Discutir o modelo capitalista não é o objetivo central aqui, contudo, torna-se relevante destacar a lógica que engendra este sistema, grosso modo, o mercado, o lucro e a acumulação de capital, visto que essa lógica se manifesta claramente nos interesses dos agentes produtores do espaço urbano, particularmente quando falamos da iniciativa privada. O espaço urbano é produzido por agentes sociais pertencentes à esfera privada, pública e à sociedade civil. As práticas, ações e

estratégias utilizadas por esses agentes são responsáveis por uma formação sócio-espacial desigual. De acordo com Corrêa (1995), o espaço urbano é:

(...) um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado indivisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem (CORRÊA, 1995, p. 11).

Dentro da iniciativa privada podemos citar os proprietários fundiários, os incorporadores, os construtores, os corretores imobiliários e os agentes financeiros. Os proprietários fundiários são os proprietários de terras, propriamente dito, estão interessados, particularmente, na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural (CORRÊA, 1995).

Os incorporadores são os responsáveis por lançar o imóvel no mercado. Tem papel chave na operação imobiliária. É nesse momento, como destaca Corrêa (1995) que se determina a localização, o tamanho das unidades e a qualidade do prédio a ser construído, bem como as decisões de quem vai construí-lo, a propaganda e a venda das unidades.

Os construtores são os agentes que anexam a construção ao terreno; e os corretores imobiliários são responsáveis pela venda; vendem conteúdos e símbolos urbanos. Dentro da esfera privada podemos citar ainda os agentes financeiros que oferecem empréstimos para o financiamento do terreno, ao mesmo tempo em que orientam as demandas, pois fixam preço, tipo e idade dos imóveis a serem financiados, pois suas decisões são orientadas para a lucratividade e para evitar riscos (HARVEY, 1980). No Brasil, os agentes financeiros estão mais ligados à esfera pública, sendo que, em geral, os financiamentos são realizados pelos bancos.

O poder público interfere na produção do espaço urbano em suas diferentes escalas de organização (federal, estadual, regional e municipal) e de diferentes formas: elabora e viabiliza a legislação e normas vinculadas ao uso do solo, como por exemplo, a lei de parcelamento, a lei do zoneamento, a lei do perímetro urbano, o código de obras, ou ainda o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor Urbanístico, entre tantos outros; realiza empreendimentos como os conjuntos habitacionais; aplica a tributação; é responsável pelo exercício do controle e da fiscalização; além do oferecimento de financiamentos, como já foi destacado. O Estado também produz chão, espaço tecnicamente passível de ocupação, via obras de drenagem, desmontes e aterros (CORRÊA, 1995).

O Estado desempenha papel fundamental na determinação das demandas pelo uso do solo urbano em cada parcela da cidade, logo, tem papel importante na determinação do seu preço, pois realiza investimentos em infra-estrutura, equipamentos ou serviços urbanos valorizando o solo em determinadas áreas em detrimento de outras. Para Singer (1980), a elevação dos preços dos imóveis resultante pode deslocar os moradores mais antigos e pobres, que vendem suas casas, quando proprietários, ou simplesmente saem, quando inquilinos, de modo que o novo serviço vai servir aos novos moradores e não aos que supostamente deveria beneficiar.

Em muitas cidades, a rápida expansão leva à escassez de terras já dotadas de infra-estruturas, o que exacerba a valorização das poucas áreas bem servidas. O funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação destas áreas seja privilégio das camadas de renda elevada, capazes de pagar um preço alto pelo direito de morar. A distribuição dos equipamentos, instrumentos e serviços urbanos na cidade encontram-se apenas à disposição dos moradores de rendimentos elevados ou médios. Quanto menor a renda da população, tanto mais escassos são os referidos serviços (SINGER, 1980). Os serviços como ruas asfaltadas, galerias pluviais, iluminação pública, coleta de lixo etc., de responsabilidade do

poder público, acabam sendo usufruídos apenas por aqueles que podem pagar o seu “preço” incluído na renda do solo que dá acesso a eles.

Assim, concomitantemente com a expansão urbana há também um intenso processo de especulação das terras na área periurbana e o surgimento dos chamdos vazios urbanos, o que, por sua vez, aumenta a demanda por esse tipo de produto, sentido no preço da terra. Essa dinâmica faz, com que no Brasil o acesso a terra urbana por meio do mercado formal e legal seja inacessível para uma grande parte da população. As razões disto estão ligadas à característica econômica, em sua essência concentradora - de renda, de terra e poder (MARICATO, 1996) -, logo, produtora de grande desigualdade.

No processo de produção espacial, por meio da expansão do tecido urbano, podemos afirmar que as modificações das condições locais (pela metamorfose da terra rural para terra urbana) geram, por conseguinte, alterações no preço da terra reforçando a segregação sócio-espacial. Isso sugere que há uma estreita relação entre os mecanismos que regulam o uso do solo urbano e os que regulam a produção de moradia.

A atuação especulativa no mercado imobiliário ocorre intensamente. Desse modo, a classe de menor renda é a que mais vai sofrer com a oscilação nos preços da terra, obrigados assim, a habitar setores de péssima qualificação urbana, porque seus preços baixos na maioria dos casos são os únicos acessíveis.

A sociedade civil também desempenha papel de grande importância na (re) produção do espaço urbano, principalmente quando falamos da sociedade civil organizada. Ademais, tem-se a atuação da população menos abastada avançando sobre áreas impróprias ou de risco, como áreas de mananciais e encostas íngremes. Nesta condição, grupos sociais excluídos são segregados residencialmente e tornam-se agentes produtores e modeladores do espaço urbano. A ocupação desse tipo de áreas ganha um caráter de sobrevivência. A baixa remuneração ou mesmo ausência de renda não permite a uma parcela considerável de indivíduo a possibilidade de comprar um imóvel ou pagar aluguel e tributos.

Nesta direção, Corrêa (1995) coloca a atuação dos grupos sociais excluídos no processo de produção espacial. Referindo-se aos cortiços, ao processo de autoconstruções nas periferias, aos conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e à favela. O autor destaca que:

As três primeiras possibilidades pressupõem uma vinculação a um agente social (...) Nenhuma delas transforma, em princípio, a população excluída em agente modelador do espaço urbano. Nem mesmo aqueles que produzem imóveis no sistema de autoconstrução. (...) É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-impulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. (CORRÊA, 1995, p. 30)

Importante destacar que a ação dos agentes produtores da cidade é complexa e varia no tempo e no espaço, de acordo com os seus interesses. Deve-se destacar também que as práticas, ações e estratégias tomadas pelos diferentes grupos em suas diversas escalas de atuação são ora contraditórias ora harmônicas; e são responsáveis pelas modificações contínuas na configuração espacial das cidades, ou seja, na estruturação das cidades.

As cidades apresentam várias configurações espaciais ao longo do tempo. O solo urbano tem diferentes usos e funções. Daí a importância de se entender a lógica da distribuição do uso do solo na cidade. Desse modo a expressão “estrutura urbana” diz respeito à forma como se encontram

dispostos e se articulam os usos de solo, num dado momento do contínuo processo de estruturação dos espaços da cidade (SPOSITO, 2004).

As cidades possuem espaços caracterizados por usos diferenciados do solo. Determinadas áreas são ocupadas principalmente por residências, outras por indústrias, outras por comércio e serviços. Nas cidades atuais, verifica-se que a partir das últimas décadas do século passado há um redesenho do espaço urbano, caracterizado, principalmente, pelo processo de expansão do tecido urbano, pela intensificação da circulação de pessoas, mercadorias e informações, além da fragmentação da cidade. Desse modo, verificamos, em nossas cidades atuais, uma forte descontinuidade do tecido urbano, que pode ser vista a partir de duas perspectivas descritas por Sposito (1999):

A primeira refere-se às dinâmicas de produção capitalista da cidade, pautadas na terra como mercadoria e nos interesses fundiários e imobiliários que se realizam de forma ampliada através da própria extensão do tecido urbano e da ocorrência de “vazios urbanos”, que produzem uma cidade descontínua e fragmentada, no plano físico-territorial e no plano das representações que a partir dela e sobre ela se constroem. A segunda perspectiva é a do avanço técnico que permitiu a instalação e acentuação dessa dinâmica, avanço esse que podemos ilustrar: - pela difusão do uso de veículos automotores; - pela invenção da eletricidade, que permitiu a utilização de equipamentos eletro-domésticos, como a geladeira, por exemplo, a qual propiciou o distanciamento entre os lugares de moradia e os de abastecimento, condição para a cidade moderna; - pelo uso do elevador, que ofereceu condições favoráveis à acentuação da verticalização, capaz de reforçar a concentração urbana em alguns pontos do território das cidades, mas paradoxalmente de permitir o vazio em seu entorno; - pelas telecomunicações e pela informática, que permitem a conexão, independentemente de deslocamentos territoriais de pessoas e objetos (SPOSITO, 1999, p. 17).

A urbanização é um processo contínuo, por isso a configuração da cidade está sempre em transformação. A redefinição da lógica de distribuição do solo urbano tem na redefinição do par centro-periferia sua expressão mais concreta. A reestruturação da cidade em marcha produz uma cidade cada vez mais com descontinuidades. Com a redefinição do par centro-periferia a cidade expande-se para áreas cada vez mais distantes do centro principal e a periferia que sempre foi associada como lugar pobres passa a abrigar os ricos também, seja no que diz respeito à habitação, como os condomínios residenciais e os loteamentos de chácaras, seja na esfera do consumo e do lazer, como os *shopping centers*.

Os agentes urbanos produzem, portanto, diferentes espaços para diferentes clientelas, tanto no que tange o aspecto da moradia, resultando em espaços distintos, fragmentados espacialmente, mesmo quando geograficamente próximos, quanto na distribuição e organização dos demais usos do solo urbano. Como a cidade é uma grande concentração de pessoas exercendo as mais variadas atividades, é lógico que o solo urbano seja disputado por diversos e diferentes usos, pautado nas regras do jogo capitalista. A estruturação da cidade reflete a organização social de nossa sociedade desigual, logo, é perceptível a distribuição injusta do ônus e bônus da urbanização. Como resultado desse processo, acentua-se a fragmentação, a segmentação e a segregação do espaço urbano, com a cidade continuando a se expandir de forma descontínua, tanto social quanto espacialmente.

A segregação no espaço urbano

Villaça (1998) considera que a segregação é um aspecto fundamental para a compreensão das estruturas espaciais. É interessante observar que a segregação na cidade se impõe a nível da constituição de territórios separados para cada grupo social, refletido na forma sobre a qual se reorganiza o espaço urbano, em especial o da moradia. As novas formas de *habitat* urbano caracterizam-se pelo estabelecimento de uma vida privada e de uma vida social exclusiva.

A descontinuidade do tecido urbano é apontada por Sposito (1999) como uma das determinantes do processo de fragmentação da cidade e pode ser vista como uma das formas contemporâneas, através das quais se organiza ou se acentua a segregação sócio-espacial.

O crescimento urbano em descontinuidade permite uma dualização da estrutura social, com os espaços fragmentados, como produto do aumento da segregação urbana e das desigualdades sociais. Para Castells (1983), trata-se de uma estratificação urbana, correspondente ao sistema de estratificação social e, nos casos em que a distância social tem uma expressão espacial forte, tem-se a segregação urbana.

Haesbaert (2004) em sua análise também alude à idéia de segregação do espaço urbano, partindo da tríade territorialização-desterritorialização-reterritorialização, desenvolve a idéia de aglomerados de exclusão, que seria a dimensão espacial dos processos mais extremos de exclusão social. De acordo com o autor os aglomerados de exclusão seria uma espécie de “amontoados” humanos, instáveis, inseguros e geralmente imprevisíveis na sua dinâmica de exclusão.

Kowarick (1993; 2000) faz uso da expressão espoliação urbana para denunciar a existência de uma grande massa populacional que não tem direito de participar dos benefícios da urbanização. A espoliação urbana seria:

A somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta (KOWARICK, 2000, p. 22).

Para o autor, o processo de espoliação urbana deve ser entendido enquanto uma forma de extorquir as camadas mais populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, por isso assume seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social, tem direito (KOWARICK, 1993). O jogo do mercado imobiliário reforça a exclusão da população menos abastada e estigmatiza certas partes da cidade. Essa fratura social e espacial é um fato concreto, visivelmente presente no processo de metropolização brasileiro, ao passo que produz espaços exclusivos para determinadas funções e usos, concomitantemente, espaços exclusivos para certos homens, ou mais precisamente para determinadas classes e não para outras.

O convívio de segmentos sociais ricos e pobres em um mesmo espaço, a cidade, gera distorções no imaginário que os indivíduos constroem um dos outros. Manifesta-se no espaço urbano uma separação sócio-espacial entre os mais pobres e os mais ricos. As desigualdades e diferenças estão (re) produzidas em todas as partes da cidade. Nesta direção podemos afirmar que a segregação sócio-espacial é uma das facetas da exclusão em suas diversas dimensões.

Como a terra na sociedade capitalista é uma mercadoria valiosa, ela deve ser comprada ou alugada. A população com baixa ou nenhuma renda fica relegada às áreas piores servidas e que, por isso, são mais baratas. Assim, de um lado, verificamos a existência de uma cidade formal ou legal, utilizando os termos adotados por Maricato (1996), na maior parte das vezes bem planejada, com bairros ricos, ruas arborizadas, avenidas largas, privilegiada por equipamentos e serviços. Do outro lado, temos a cidade informal ou ilegal, composta pela periferia pobre, pelas favelas, pelos cortiços, enfim, áreas sem infra-estrutura adequada.

A habitação é um bem cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos comprar um imóvel (CORRÊA, 1995). A atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista, como aponta Corrêa (1995), e, na medida em que outros setores do espaço produzem conjuntos habitacionais populares, a segregação é ratificada.

Verifica-se a tendência da separação, da auto-segregação, por meio do emuralhamento, das classes com alto padrão aquisitivo, pautada na justificativa da violência. Esse processo acentua a segregação sócio-espacial, sendo que, consoante Seabra (2004), na verdade aquilo que atrai é a vontade da separação e a certeza de encontrar no vizinho (na representação do vizinho) um padrão social aceitável segundo certo ponto de vista. Daí a razão para a construção de muros, guaritas, equipamentos de segurança (alarme, interfonos, câmeras). Acentua-se a tendência em morar em ambientes cada vez mais homogêneos e isolados, o que ratifica a não aceitação das diferenças.

A cidade é hoje concebida como fragmentada, há um processo de redefinição nos quadros da vida social coletiva. Mesmo o espaço público, de uso comum a todos, também se altera. A própria rua que é o lugar do encontro (LEFBVRE, 1999) torna-se local de circulação apenas. Há, como afirma Gomes (2002), um confinamento dos terrenos de sociabilidade e de diversas formas de nos extrairmos do espaço público (telefones celulares, fones de ouvido etc.). A esse processo que modifica, gradativamente, o estatuto das práticas sociais e espaciais no mundo contemporâneo é chamado por Gomes (2002) de recuo da cidadania.

Mesmo o uso do espaço público se restringe, visto que não se desenvolve apenas a idéia de conviver entre os iguais, mas também de frequentar os mesmos lugares, os mesmos espaços seletivos e controlados. Recusa-se, dessa maneira, a conviver dentro de uma sociedade variada e multifacetada, confunde-se sociedade com homogeneidade (GOMES, 2002).

Desse modo, a cidade vai ser dividida entre o espaço dos ricos, espaço seletivo frequentado por aqueles que possuem altos níveis de renda, ou seja, os espaços da auto-segregação; e, os espaços dos pobres, reduzidos, visto que se em sua maioria não têm nem condições de possuir uma habitação decente e salubre. Para Corrêa (1995), a classe dominante ou algumas de suas frações contribuem para a segregação pois:

Sua atuação se faz, de um lado, através da auto-segregação na medida em que ela pode efetivamente selecionar para si as melhores áreas, excluindo-as do restante da população: irá habitar onde desejar (...) por outro lado, segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado (CORRÊA, 1995, p. 64).

O problema não se estende apenas à habitação, pois os territórios que os pobres partilham são reduzidos, quando comparados às possibilidades contidas no conjunto da cidade e, proporcionalmente, tanto menores quanto maiores forem as cidades onde vivem (SPOSITO, 1999). Como as políticas de implantação e lançamento dos conjuntos habitacionais e dos loteamentos populares - regulares ou não - são marcadas pelo afastamento espacial e precariedade das condições de vida urbana, os pobres são "obrigados" a conviver nas áreas mais distantes, ficando "reféns" dos territórios em que habitam, daí a idéia de segregação induzida.

As atuais configurações espaciais e sociais na cidade, que vivenciam um momento de forte diferenciação, com a existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios urbanos, evidenciam os processos de segregação tanto do ponto de vista social quanto na sua concretização no espaço, perceptíveis na proliferação dos novos estilos de morar e de (con) viver no espaço urbano.

Um novo estilo de morar e de viver

Enquanto ocorre no espaço urbano uma segregação induzida para as áreas de piores condições geográficas e sanitárias, há um processo de auto-segregação por parte das camadas mais abastadas, pautada na idéia de conviver entre os semelhantes. As práticas sócio-espaciais e o convívio social passam a se dar entre os iguais apenas, tanto nos condomínios de alto padrão como nos bairros pobres habitados por uma massa de miseráveis.

O que vale destacar aqui é o novo estilo de morar e viver ou conviver que tem se difundido entre os mais ricos, havendo uma mesma distinção entre eles, pois a classe de padrão mais elevado habita áreas diferentes das classes médias por exemplo. A opção por moradias em condomínios tidos como paraísos habitacionais é incentivada pelos promotores imobiliários, onde mais que uma moradia, vende-se a segurança, o conforto e a paisagem. A justificativa mais comum para a consolidação desses novos *habitats* urbanos é o alto índice de violência em nossas cidades, porém, é perceptível que a opção por esse estilo de vida é em sua essência elitista, pois difunde a idéia de conviver entre os iguais.

Os equipamentos de moradia, lazer e consumo exclusivos aos segmentos sociais economicamente melhor situados promove a auto-segregação. Diante desse novo estilo de morar e viver, os indivíduos moldam seus comportamentos à nova realidade ao passo que as barreiras impostas pelos muros e pelas guaritas delimitam os espaços de uso comum e “coletivo” para os seus moradores, negando, portanto, a possibilidade de convivência entre a diferença, entre os *de fora* dos muros.

Nos dias de hoje as classes privilegiadas criam mecanismos para protegerem-se de um inimigo que, historicamente, vem tendo sua imagem associada à violência: os segmentos pobres, ou melhor, os excluídos. A auto-segregação baseada nos condomínios fechados pretende criar um ambiente urbano ideal, dissociado dos elementos da cidade real.

Verifica-se a consolidação de territorialidades que se colocam à parte da vida urbana ao mesmo tempo em que utilizam serviços e equipamentos urbanos, de modo seletivo no tempo e no espaço. O morador do condomínio é homogeneizado, baseado em um critério estritamente econômico. Os muros demarcam claramente a separação e o limite - a fronteira - que se estabelece por oposição à identidade, daí a diferença entre os “*in*” e os “*out*”: a alteridade. Dentro dos condomínios, de certa forma, há uma espécie de padronização entre seus habitantes, que são tidos como “iguais”, assim, há uma diferenciação entre os “de dentro” e os “de fora”. Há, em outras palavras, uma distinção e uma separação, logo uma classificação entre os grupos sociais. E engajado nessa segregação espacial há, concomitantemente, um cercamento da cidadania.

Considerações finais

A produção do espaço urbano gera configurações urbanas desiguais e excludentes. O desenvolvimento urbano decorre de um contínuo processo de diferenciação social. A materialização desse processo se dá na segregação espacial que caracteriza as cidades nos dias atuais, seja ela induzida pela ausência de renda e atuação do mercado imobiliário, seja pela auto-segregação dos mais ricos.

As dinâmicas contemporâneas contribuem para a segregação, pois o espaço urbano apresenta-se fragmentado, sendo que podemos considerar que não há mais um território urbano, mas diversos territórios urbanos, devido ao alto grau de fragilidade da unidade urbana. Nas cidades atuais, indiferente do seu porte territorial, perde-se a idéia de cidade como a casa estendida do homem, onde o homem se enriquece nas relações sociais (BRAGA; CARVALHO, 2004).

A (re) produção do espaço urbano é um fenômeno contínuo, sempre em movimento, a cidade vai se transformando à medida que a sociedade se metamorfoseia (CARLOS, 2001). Para Castells (1983), o espaço urbano não está organizado ao acaso ou aleatoriamente mas segundo uma lógica, no qual há forte relação entre o espaço produzido e as transformações estruturais de uma sociedade. Daí nos indagarmos se a crise urbana é das cidades ou das relações sociais, visto que a cidade é produto e condição da (re) produção da sociedade.

Assim, ao tratarmos do espaço urbano e de suas configurações é importante retomarmos o pensamento de Lefèbvre (1991) no livro *O Direito à Cidade*, quando considera que se há uma produção da cidade e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. Lefèbvre conclui que a cidade tem uma história;

ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra em condições históricas.

Por isso, neste artigo nos preocupamos em descrever a forma que se dá a produção do espaço urbano, visto que esta é realizada pela sociedade. O modo como o espaço é produzido de forma desigual e seguindo interesses do capital é determinante para uma estruturação das cidades de forma fragmentada, ou seja, origina uma cidade partida.

A idéia de cidade partida surge principalmente porque o espaço urbano apresenta uma configuração segregada e segregadora, onde temos os pobres convivendo entre si em bairros carentes, cortiços e/ou favelas, ao mesmo tempo em que os ricos convivem com seus semelhantes nos condomínios de alto padrão.

A segregação urbana relaciona o indivíduo com o meio no qual ele está inserido, em diferentes escalas: a rua, o bairro, a cidade. Muitas vezes leva à uma (re) produção da vida e da própria cidade à margem da legalidade, ou é inserido em situação de precariedade, graças ao crescimento desigual do espaço urbano, gerador de uma distribuição injusta dos benefícios da urbanização, ao passo que o ônus recai sobre a população pobre, seja do ponto de vista social, econômico ou ambiental.

Dessa forma, entender corretamente a cidade, o modo de sua (re) produção e sua estrutura é condição prévia indispensável para a superação dos problemas que se manifestam no espaço urbano. As ações antrópicas produzem e transformam o espaço urbano, que é uma mistura de mudanças e permanências. Daí a importância de se procurar realizar um ordenamento territorial mais equitativo, de perpetuar a idéia de cidade como *locus* de convivência e de partilha de múltiplos territórios, de superar os impasses existentes, particularmente os que dizem respeito à ocupação do solo urbano, sempre engendrados numa urbanização que preze pelo respeito social, econômico e ambiental harmonicamente integrados. Somente assim podemos pensar, para o futuro, numa cidade mais integrada, cuja concepção de vida e de convívio urbano rompa com essa cidade partida em que vivemos nos dias de hoje.

Referências

BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. Cidade: espaço da cidadania. In: GIOMETTI, A.; BRAGA, R. (orgs.) **Pedagogia cidadã**: cadernos de formação: ensino de Geografia. São Paulo: UNESP-PROPP, 2004. p. 105-120.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana**. Ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. **Escritos urbanos**. São Paulo: editora 34, 2000.

LEFÈBVRE, H. **Espacio y Política**: el derecho a la ciudad II. Barcelona: Península, 1976.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1993.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEABRA, O. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. In: CARLOS, Ana Fani

Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo (orgs). **Geografias de São Paulo**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 271-311.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, AGB, n. 57, 1980, p. 77-92.

SPOSATTI, A. **Mapa da exclusão/inclusão na cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

SPOSITO, M. E. B. Espaços urbanos: territorialidades e representações. In: **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GASPER, 1999, p. 13-29.

_____. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.